
Atualidades

Política Brasileira

Professor Cássio Albernaz



POLÍTICA NACIONAL

- reforma da previdência:

Como a reforma na Previdência pode significar um alívio à crise econômica. Especialistas explicam por que combater o rombo do INSS pode equilibrar as contas públicas e melhorar a economia do país

O Ministério do Planejamento divulgou na última semana um aumento de mais de R\$ 6 bilhões na estimativa para o déficit da Previdência para 2016. O rombo passou de R\$ 129,6 bilhões para R\$ 136 bilhões. Com mais postos de trabalho sendo fechados e o desemprego em alta (o IBGE revelou que já são 9,6 milhões de desocupados), há uma significativa queda na arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Desse modo, o déficit na previdência social tende a aumentar para poder atender a toda a massa de aposentados pelo regime geral.

O assunto é importante, mas, diante de um cenário político conturbado, vem sendo deixado de lado. Confira abaixo as explicações de especialistas sobre o atual momento do regime e como as reformas nessa área poderiam ajudar o Brasil a melhorar a situação econômica.

Por que o déficit na previdência é um assunto crítico para o Brasil?

Porque ele reduz a capacidade do governo de investir onde é preciso. A explosão do déficit no orçamento federal se deve em grande parte à queda na arrecadação do INSS em razão da crise econômica e do desemprego. Para se ter uma ideia, em 1988, quando a Constituição foi aprovada, a despesa da previdência correspondia a 2,5% do PIB. Em 2016, a participação aumentou para 8%. “Estamos falando de um dado que quase triplicou seu peso relativo num contexto em que o processo de envelhecimento demográfico da população mal começou. Daqui para frente tende a se agravar”, diz Fábio Giambiagi, economista e um dos maiores especialistas do Brasil nas áreas de Finanças Públicas e Previdência Social.

Deste modo, a despesa primária do governo, aquela que ele dispõe para executar suas políticas públicas, só faz aumentar. Se ela cresce muito, altera o endividamento líquido do país. Em 1991, ela correspondia a 14% do PIB. Hoje já está em 23% - aumento de nove pontos percentuais em um espaço de tempo relativamente curto.

Como uma solução do déficit da previdência impactaria positivamente na economia?

A reforma na previdência poderia criar um ambiente mais estável, capaz de trazer segurança e confiança aos investidores em relação à economia brasileira e para a tomada de decisões de longo prazo – entre cinco e dez anos. Com as contas em ordem, o governo estaria mais apto a investir em áreas que necessitam de reforço, como saúde, educação e segurança pública. Entretanto, segundo especialistas, há poucas chances de esta reforma acontecer no governo atual. Giambiagi alerta para o fato de que próprio ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, deu sinais de ser contra uma reforma na área. Em um quadro de mudança e

instalação de um novo governo, há espaço para algumas reformas, especialmente em relação a alterações na idade mínima da aposentadoria.

Até que ponto a redução da idade mínima para aposentar pode resolver esse problema?

Mesmo sendo um aspecto extremamente impopular, é consenso entre os estudiosos do assunto que não há mais condições de manter os trabalhadores se aposentando como as regras atuais. Pelo regime antigo, ainda vigente, há duas opções: a aposentadoria por idade (homens aos 65 anos e mulheres aos 60 anos), e a aposentadoria por tempo de contribuição (35 anos para homens e 30 anos para as mulheres). Já pelo novo sistema, a chamada fórmula 85/95, a conta é feita pela soma entre a idade e o tempo de contribuição (85 para mulheres e 95 para homens). Mesmo, assim estes modelos ainda exigem um piso considerado baixo de tempo de contribuição para requerer o benefício.

Este cenário piora com o envelhecimento da população. Segundo dados do IBGE, a faixa com 60 anos ou mais deve passar para 58,4 milhões (26,7% do total) em 2060. No período, a expectativa média de vida do brasileiro deve aumentar dos atuais 75 anos para 81 anos. “Hoje, no Brasil, um beneficiário do INSS recebe aposentadoria por até 25 anos, quando o ideal é que este tempo esteja entre 18 e 20 anos”, diz José Roberto Savóia, Professor de finanças da FEA-USP.

Assim, mesmo com o pagamento do benefício por mais tempo, durante os anos de crescimento econômico, a despesa com a previdência aumentou, mas praticamente não foi percebida. Quando a crise se agravou, os gastos seguiram a trajetória de alta, mas sem a mesma atividade econômica observada anteriormente. Assim, o rombo foi ampliado.

Por mais que este formato de aposentadoria esteja na Constituição, o pacto social precisa ser revisto para que o déficit público possa ser pago. “Estamos passando para a fase do canibalismo do gasto social. Vamos continuar a assistir a tragédia do ano passado com quedas em gastos em educação e saúde em nome de um suposto direito adquirido de se aposentar com 52 anos. É isso que a gente quer? Do ponto de vista dos interesses nacionais isso é uma grande insensatez”, afirma Giambiagi.

Outros países já passaram pelo mesmo problema?

Em alguns países, depois de vários anos de desequilíbrio nessa área, o governo precisou assumir atitudes drásticas, como na Grécia e na Argentina, onde o valor dos benefícios foi reduzido pela metade. “As pessoas acreditam que o estado tem uma capacidade infinita de continuar pagando. Mantendo essa visão, ficará impossível manter o sistema. É melhor que se faça um ajuste progressivo para se evitar um dano maior lá na frente”, diz Savóia.

<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/reforma-na-previdencia-poderia-significar-um-alivio-na-crise-economica.html>

Cenário político pode adiar reforma da Previdência, diz Fazenda. Expectativa inicial da Fazenda era enviar proposta em abril deste ano. Esse prazo será reavaliado após fim do fórum da Previdência em 8 de abril.

Por conta da piora da crise política, o Ministério da Fazenda já admite que a proposta de reforma da Previdência Social poderá não ser mais enviada ao Congresso no mês de abril - que era o compromisso inicial do governo.

A ideia da equipe econômica é aguardar o fim das reuniões do fórum da Previdência, no dia 8 do mês que vem, quando o contexto político já estará mais definido, para reavaliar o cenário e depois decidir o que fazer.

"Diante do cenário político conturbado que a gente vive hoje, o governo vai avaliar melhor momento de enviar proposta. Existe consenso de que é preciso enviar reforma da Previdência. Obviamente, todos sabemos que vivemos contexto político conturbado e essa decisão de quando enviar tem que atentar ao cenário político. As discussões técnicas continuam", declarou o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa.

Além do cenário político turbulento, com o avanço da Operação Lava Jato e de pressões políticas para o impeachment da presidente Dilma Rousseff, o próprio Partido dos Trabalhadores é contra as mudanças na Previdência, apesar de a presidente Dilma ter dito que o tema teria de ser encarado.

No início deste mês, o presidente do PT, Rui Falcão, afirmou que não queria "nem ouvir falar" da reforma da Previdência. A declaração foi feita antes de reunião com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa.

Fórum da Previdência Social

O fórum da Previdência Social é composto por representantes do governo, dos trabalhadores (centrais sindicais), dos aposentados e dos empregadores. Suas reuniões começaram em 17 de fevereiro e se estendem até 8 de abril.

O governo propôs a discussão de sete temas no fórum: demografia e idade média das aposentadorias; financiamento da Previdência Social: receitas, renúncias e recuperação de créditos; diferença de regras entre homens e mulheres; pensões por morte; previdência rural; financiamento e regras de acesso; regimes Próprios de Previdência; e convergência dos sistemas previdenciários.

A avaliação do governo é de que a idade média de aposentadoria no Brasil é muito baixa, próxima de 58 anos. Fica perto do que ocorre em Luxemburgo e abaixo de todos os demais países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - cuja idade média de aposentadoria é de 64,2 anos.

Um dos objetivos da reforma seria aumentar a idade média de aposentadoria no Brasil, o que poderia ser implementado por meio da instituição de uma idade mínima para requerer o benefício.

Rombo da Previdência Social

Enquanto as regras de aposentaria no Brasil não são reformadas, o rombo da Previdência Social vai aumentando. Para este ano, o governo estima um déficit do INSS da ordem de R\$ 129,95 bilhões - o que, se confirmado, representará um crescimento de 51% em relação ao ano passado, quando o rombo somou R\$ 85,81 bilhões, ou 1,5% do PIB.

Em 2014, ainda de acordo com números oficiais, o déficit da Previdência Social havia somado 56,69 bilhões, o equivalente a 1% do PIB. De 2014 para 2015, portanto, o rombo do INSS já havia avançado 51%, uma piora de R\$ 29,12 bilhões.

Para o longo prazo, os números também são desfavoráveis. Segundo o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016, enviado pelo governo ao Congresso Nacional em maio

do ano passado, o déficit do INSS deverá avançar para mais de R\$ 1 trilhão em 2040 e para um valor acima de R\$ 7 trilhões em 2060 (mais de 9% do PIB).

Essa projeção foi feita pelos ministérios da Previdência Social, da Fazenda e do Planejamento antes da instituição da fórmula 85/95 progressiva, confirmada pelo Congresso Nacional e sancionada pela presidente Dilma Rousseff em novembro de 2015.

Fórmula 85/95 progressiva já impacta contas

Números mais recentes do governo já mostram que a fórmula 85/95 progressiva, em vigor, já está ajudando a aumentar o rombo nas contas do INSS.

Números do Ministério do Trabalho e da Previdência Social mostram que, entre julho de 2015 e fevereiro deste ano, o valor médio das aposentadorias por tempo de contribuição, com incidência da fórmula 85/95, subiu para R\$ 2.792,29. Este valor é 57% superior à média das aposentadorias por tempo de contribuição com aplicação da regra anterior, o chamado "fator previdenciário" (R\$ 1.779,88).

Regras vigentes

O fator previdenciário é uma fórmula matemática que, antes das mudanças das regras, tinha o objetivo de reduzir os benefícios de quem se aposenta antes da idade mínima de 60 anos para mulheres e 65 anos para homens, e incentivar o contribuinte a trabalhar por mais tempo.

Quanto menor era a idade no momento da aposentadoria, maior era o redutor do benefício.

No ano passado, o Congresso Nacional instituiu a fórmula 85/95 - no qual a mulher poderia ter aposentadoria integral quando a soma do tempo de contribuição e da idade fossem 85 e o homem poderia obter o benefício quando a mesma soma fosse 95.

O governo concordou com essa fórmula, porém, com uma progressividade. A partir de 31 de dezembro de 2018, entra mais um ponto nesse cálculo, que aumenta com o passar dos anos.

No fim de 2018, por exemplo, mulheres precisarão de 86 pontos e homens, de 96 – ou seja, há a soma de um ponto. Em dezembro de 2026, serão 5 pontos a mais – com as mulheres precisando de 90 pontos para se aposentar e os homens de 100 pontos.

Caso queiram se aposentar antes de atingir os pontos necessários, os trabalhadores têm essa opção. Entretanto, acabam caindo novamente no fator previdenciário, fórmula que visa evitar o que o governo considera de “aposentarias precoces”, e que limita o valor do benefício a ser recebido.

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/cenario-politico-pode-adiar-reforma-da-previdencia-diz-fazenda.html>

- reforma política:

Reforma política pode ser solução para crise política? Especialistas debatem.

Especialistas dizem que país vive crise institucional e de representatividade, mas que o momento não é favorável à reforma.

O Brasil tem enfrentado uma grave crise política nos últimos meses. Diante do atual contexto, a reforma política poderia ser a solução para a atual crise? Para discutir todas as questões as

Rádios Nacional Brasília, Rio de Janeiro, MEC AM do Rio de Janeiro, Rádio Nacional da Amazônia e Alto Solimões realizaram, nesta quinta-feira (24), uma mesa redonda.

O debate contou com a participação do professor, Sociólogo e Cientista Político da Universidade de Brasília (UnB), Antônio Flávio Testa; o advogado, doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), professor do Mestrado em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados, Júlio Roberto de Souza Pinto; e o filósofo e membro do Colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), José Antônio Moroni.

Para o cientista político Antônio Testa, este momento não é propício para que se avancem as discussões dentro do Congresso sobre uma possível Reforma Política. “A preocupação que se tem no Congresso hoje é sobre o impeachment, alguns alegam que é golpe, outros dizem que não é golpe, ainda tem o desdobramento da Lava-Jato (...), tudo isso aí vai fazer com que haja uma movimentação interna de sobrevivência, não vai avançar”.

O advogado e professor, Júlio Roberto, explica que além de estarmos diante de uma crise institucional, estamos diante de uma crise de representatividade. “Essa ideia de representação política que prevaleceu nos últimos 200 anos parece que não convence mais. As pessoas talvez sejam mais ou menos na linha do Carl Smith que dizia que representar, na verdade, é apresentar um ausente ou apresentar ninguém. De maneira que a percepção é que as pessoas não estão se sentindo representadas diante de um parlamento cada vez mais voltada para si mesmo, diante de partidos políticos que estão interessados muito mais em valores e bens menores”, conclui.

Já para o filósofo José Moroni, um dos pontos importantes dentro de uma possível Reforma Política seria o fim do financiamento empresarial das campanhas dos partidos políticos e a implementação de um financiamento público das campanhas. “Um dos pilares da corrupção é o financiamento empresarial, porque ninguém ‘dá lanche de graça’ (...) Então é um investimento que as empresas fazem e criam essa promiscuidade entre a relação público e privado. (...) Mas por si só ele não resolve a questão toda, a gente tem que discutir também a influência do poder econômico nas decisões e na definição das políticas públicas”.

Durante a mesa os especialistas falaram ainda sobre o fortalecimento da democracia, uma possível mudança para o regime parlamentarista e da participação popular na política brasileira.

<http://radios.ebc.com.br/revista-brasil/edicao/2016-03/reforma-politica-seria-solucao-para-crise-politica-brasileira>

Fim do financiamento privado é base da reforma.

Depois da divulgação, na semana passada, de lista com mais de uma centena de políticos de diversos partidos que receberam doações da Odebrecht, sendo 11 deles do Grande ABC, a discussão sobre mudanças na legislação eleitoral volta à tona. Para especialistas ouvidos pelo Diário, o fim do financiamento empresarial de campanha é chave para reforma política efetiva e democrática do sistema político brasileiro.

Não há provas concretas de que as planilhas da empreiteira, apreendidas na casa de um dos integrantes do alto escalão da Odebrecht, o executivo Benedicto Barbosa Silva Junior, indicam doações ilegais, ou seja, por meio de caixa 2 ou pagamento de propinas. Contudo, as altas quantias depositadas aos candidatos evidenciam como o sistema eleitoral é caro, segundo o cientista político e professor da FGV (Fundação Getúlio Vargas) Paulo Douglas Barsotti.

“Eu sou do tempo em que se fazia militância boca a boca, com comícios, visitas nos bairros, e todo esse processo foi desmontado pelo palanque eletrônico, midiático, caríssimo e sustentado pelas empresas privadas. Então, como vamos ter campanhas políticas agora? É incógnita. A militância combativa será vantagem para alguns partidos, porque é ela que vai para a rua fazer campanha.”

Aprovada no ano passado e já reconhecida pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), entre vários pontos, a reforma política contempla o fim de doações de pessoas jurídicas (empresas) para campanhas eleitorais a partir do pleito deste ano. De acordo com a nova regra, o financiamento pode ser feito apenas por pessoas físicas e através de repasses do fundo partidário.

Outro ponto contemplado pela reforma política é a não caracterização como campanha antecipada a divulgação de “ideias, objetivos e propostas partidárias”. Barsotti sugere que, com as novas normas, os pré-candidatos sejam mais contundentes ao apresentar suas propostas. “Há agravamento da crise política e, de certa maneira, isso gera cobrança de mais posicionamento ideológico dos candidatos. Eles terão que ter mais firmeza naquilo que dizem.”

Cientista política e professora da UFABC (Universidade Federal do ABC), Tatiana Berringer considera o fim do financiamento empresarial de campanha como ponto inicial para transformação da política brasileira. “A suspensão do financiamento empresarial de campanhas é fundamental para o avanço da democracia. Muitas coisas a que assistimos hoje decorrem da má-formação do sistema político que foi forjado na questão democrática, mas por pessoas comprometidas com o regime ditatorial. Além disso, é forma de inibir o caixa 2, porque coloca o militante junto ao partido por meio do financiamento de pessoa física.”

GASTOS EM 2014

Na eleição de 2014, as bancadas de dois deputados federais e seis estaduais eleitos no Grande ABC gastaram R\$ 15 milhões em suas campanhas. Dividindo esse montante ao número de votos recebidos por todos eles juntos (902.606 sufrágios), esses políticos desembolsaram, em média, R\$ 16,75 por eleitor.

Punição a empreiteiro coibirá caixa 2, analisa cientista político

Para o cientista político e professor da FGV (Fundação Getúlio Vargas) Paulo Douglas Barsotti, a punição atribuída ao empreiteiro Marcelo Odebrecht, condenado a 19 anos e quatro meses de prisão no âmbito da Operação Lava Jato por corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa, deverá coibir o caixa 2 nas campanhas eleitorais, já que o financiamento empresarial de campanhas não existirá.

“Vai haver mais cautela e cuidado (por parte dos políticos) porque, quando se condena um executivo da maior empreiteira deste País a 19 anos de cadeia, isso pode e deve assustar. Muita gente vai colocar as barbas de molho”, avalia.

Já a cientista política Tatiana Berringer acredita que a reforma política deve ir além. Ela defende que haja constituinte popular específica para “reformular aspectos que regem a vida política”.

“Precisamos apresentar para a sociedade uma constituinte exclusiva e soberana em que não vamos abrir mão da Constituição (Federal da República) de 1988, mas vamos reformar os aspectos que regem a vida política, a organização dos partidos, o processo eleitoral e priorizar a participação popular por intermédio de delegados para que não se reproduza o que aconteceu em 1988”, defende, ao se referir aos membros da Constituinte de 1988, quando deputados e

senadores eleitos dois anos antes elaboraram a nova Constituição, em vez de representantes serem eleitos exclusivamente para isso. “Temos que eleger delegados populares e se começaria uma assembleia específica que modificaria pontos da política (estabelecidos na Constituição de 1988)”, pontua.

<http://www.dgabc.com.br/Noticia/1936515/fim-do-financiamento-privado-e-base-da-reforma>
Reforma política é única saída para combater a corrupção, por Gustavo Freire.

Em uma crônica sobre a globalização e seus efeitos no meio ambiente, Eduardo Galeano revela o que está por trás do falacioso chavão de que somos todos os grandes responsáveis pelo exaurimento dos recursos naturais do planeta. Atenta o escritor uruguaio para o fato de que a brutal maioria desses recursos é explorada pelos grandes conglomerados empresariais, desde a água usada no agronegócio baseado na monocultura extrativista voltada à exportação até o minério extraído das minas do leste do Congo, cujo comércio é intermediado por milícias que vendem matéria prima para a fabricação de produtos de alta tecnologia como laptops e aparelhos celulares.

Uma vez que nós, bem nutridos consumidores e consumidoras, estamos na escala de consumo, tendemos a ignorar ou a ver com desinteresse as condições em que as mercadorias que adquirimos foram produzidas, como bem explicou um velho filósofo alemão em sua principal obra: assim como o sabor do trigo não nos diz nada sobre quem o plantou, tampouco esse processo nos revela sob quais condições ele se realiza; se sob o açoite brutal do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista.

Seguindo essa a lógica, o geógrafo britânico David Harvey costuma fazer em suas palestras e livros a seguinte reflexão: por qual razão nos regemos pelo imperativo moral de nos preocuparmos com o bem-estar das pessoas ao nosso redor mas somos indiferentes àquelas que produziram os bens que consumimos, não nos interessando, por exemplo, se foram feitos sob condições de trabalho escravo e de desrespeito a sua dignidade?

A ocultação dessas estruturas, de onde brota e se desenvolve a cadeia de acontecimentos que na ponta da lança nos chega aos sentidos, leva à conclusão certa de Galeano: responsabilizar todos de forma indiscriminada é uma maneira de, simplesmente, não responsabilizar ninguém. Em outras palavras, joga-se na conta do micro para safar o macro. Não interessa se o agronegócio e a indústria e mineração concentram juntos 82% do consumo de água, restando apenas 4% para o consumo direto, é você o responsável pela escassez de água no mundo por não fazer xixi durante o banho.

A fórmula é semelhante no que diz respeito à narrativa dos processos eleitorais no Brasil. A Operação Lava-Jato vem nesse sentido sendo bastante pedagógica ao demonstrar as evidências de uma democracia sequestrada pelo poder econômico, onde as três maiores candidaturas nas últimas eleições presidenciais receberam vultosas somas dos mesmos conglomerados empresariais e 70% da Câmara dos Deputados foi financiada por apenas dez empresas – incluindo a OAS, Andrade Gutierrez, Odebrecht, UTC e Queiroz Galvão, todas investigadas e acusadas de repassar propinas em troca de contratos junto à Petrobrás.

Enquanto menos de uma dúzia de empresas elegem mais da metade da Câmara dos Deputados, boa parte da população brasileira segue sub-representada. É o caso de indígenas e quilombolas, trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos, mulheres, integrantes do segmento LGBT, etc. É natural e esperado que o poder econômico não se interesse em financiar bandeiras que

não se alinham à satisfação de sua sanha predatória por lucros cada vez maiores. Cientes de que disputar o Estado é uma estratégia essencial para seus desígnios, enchem os alforjes de campanhas de candidatos que, uma vez diplomados, se prestam à ingloria e anti-republicana função de cães de guarda dos interesses de seus patrocinadores.

A Lava-Jato expôs as entranhas de esquemas que, segundo informações de delatores e de planilhas do departamento financeiro da Odebrecht, tiveram início ainda na década de 80, abrangendo um sem número de parlamentares das mais diversas siglas e acabando por mostrar o óbvio: a corrupção é um problema sistêmico e estrutural que se baseia, sobretudo, na forma de organização do nosso sistema político, eleitoral e administrativo que permite até certo ponto ingerências nada democráticas por parte de oligopólios empresariais financiadores de campanhas políticas.

Em nota, a própria Odebrecht reconheceu, no contra-fluxo dos nossos meios de comunicação empresariais, o trunfo da Lava-Jato em revelar “a existência de um sistema ilegal e ilegítimo de financiamento do sistema partidário-eleitoral do país”. A lista da empreiteira apreendida por ocasião da 23ª fase da operação contendo nomes de mais de duzentos agentes políticos de diferentes partidos e cores ideológicas seguidos dos respectivos valores que teriam recebido indica exatamente a dimensão estrutural da corrupção em nosso país, por mais que a lista em si esteja longe de incriminá-los de alguma maneira.

Assim, não há solução efetiva para lidar com a corrupção endêmica que não passe por uma reforma política que, além da inegociável proibição do financiamento empresarial de campanhas, possibilite a criação de novas institucionalidades de modo a, no mínimo, mitigar a crise de representatividade que assola as relações entre o parlamento e a sociedade.

Paralelamente, como forma de intensificar o processo de legitimação social de nossas instituições democráticas, é imprescindível a adoção de medidas democratizantes do Poder Judiciário, quebrando com privilégios e paradigmas elitizados de membros da magistratura e possibilitando o acesso à justiça em suas dimensões sócio-culturais, integrando-a ao mundo real e a retirando do fetiche manualesco dos dogmas de gabinete. Talvez seja esta a melhor maneira de trazer ao Poder Judiciário uma real compreensão sobre a importância do respeito a direitos e garantias fundamentais, vilipendiados com uma frequência preocupante no cotidiano do nosso sistema de justiça e também pela Lava-Jato, conforme vem apontando juristas, estudiosos e mais recentemente os ministros Marco Aurélio Mello e Teori Zavascki.

É por essa razão que criticar a condução da Lava-Jato, que vem tratando garantias fundamentais com um preocupante menoscabo, espetacularizando o processo penal e promovendo o populismo judiciário ao expressamente condicionar a atuação jurisdicional às reações da opinião pública, não significa o posicionamento favorável a práticas corrupção e tampouco o não-reconhecimento de suas virtudes. Como já colocado, a Lava-Jato trata sobretudo das nefastas influências do poder econômico no nosso sistema político, eleitoral e administrativo, ainda que setores da sociedade, direcionados pelos meios de comunicação hegemônicos, ainda não tenham percebido. Arrancar os frutos podres da árvore e manter suas raízes sob o esgoto não irá trazer qualquer modificação substancial. Não há futuro alvissareiro se a seiva que lhe chega à copa continuar a ser o chorume de um sistema servil aos interesses mesquinhos de uma casta de privilegiados que têm o poder de transformar o Congresso Nacional no seu covil particular de gárgulas.

Portanto, empunhar um discurso moralista contra a corrupção – expediente trágico, ineficiente e até desonesto, segundo nos mostram experiências históricas como a de Carlos Lacerda -

ignorando as origens estruturais de sua prática e a necessidade de uma reforma política que a ataque em sua gênese, será tão útil quanto uma bicicleta para um peixe. Dificilmente veremos da mídia comercial o comprometimento com a implantação de uma agenda que objetive abrir mão do verniz moral e individualista conferido cotidianamente a propinas, caixas dois e contas em paraísos fiscais, mirando no micro para livrar o macro e, conseqüentemente, mantendo em pleno funcionamento as engrenagens responsáveis por todas estas distorções.

Da Operação Mãos Limpas, declarada inspiração de Sérgio Moro para a Lava-Jato, abriu-se espaço para a eleição de um dos mais corruptos, caricatos e fanfarrões políticos conservadores dos últimos tempos, o magnata Sílvio Berlusconi. É muito provavelmente o que nos aguarda se não deixarmos de encarar a Lava-Jato como a guilhotina da redenção e ignorarmos a oportunidade que temos para franquear ao debate um grau de politização até então inexistente, demonstrando que o potencial transformador do sistema passa indiscutivelmente por uma reforma política que se preocupe com o futuro e não só com o presente.

Gustavo Henrique Freire Barbosa é advogado e professor substituto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

<http://www.planetaosasco.com/cidades/conjuntura/32103-reforma-politica-e-unica-saida-para-combater-a-corrupcao-por-gustavo-freire>

- Lava Jato:

Procurador da Lava Jato diz que a corrupção não é privilégio de um só partido.

O procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato na Justiça Federal de Curitiba, afirmou nesta terça-feira (29) que espera das pessoas 'atos concretos' contra a corrupção e disse que o mal não é exclusividade de um único partido.

Dellagnol também afirmou que a Lava Jato é um órgão técnico e se mantém neutro na disputa política sobre o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

"Nós somos neutros em relação ao impeachment. Não somos a favor ou contra. Somos um órgão técnico que tem um papel constitucional de atuar contra a corrupção", disse.

"A corrupção é partidária. Ela não é privilégio ou ônus de um partido A ou B. A nossa luta é luta contra corrupção, não contra pessoas", afirmou o procurador.

Dellagnol participou nesta terça-feira (29), em Brasília, de evento da campanha "10 medidas contra a corrupção", apoiada pelo MPF (Ministério Público Federal). As declarações foram feitas ao responder perguntas de jornalistas sobre se a campanha contra a corrupção dava força ao movimento pelo impeachment da presidente.

Na entrevista, o procurador deu um tom patriótico ao combate à corrupção.

"Se você diz que ama o país, não diga, mostre que você ama o país. Nós esperamos que as pessoas todas, inclusive os parlamentares, amem o seu país com atos concretos contra a corrupção, mais do que palavras", afirmou.

A campanha "10 medidas contra a corrupção" começou em julho de 2015 e contou com o apoio de mais de mil instituições em todo o país, incluindo universidades, organizações não governamentais e igrejas.

Foram coletadas assinaturas em apoio a anteprojetos de lei que preveem medidas de combate à corrupção como o aumento das penas, formas de aceleração dos processos e conscientização sobre o tema.

Após a coleta das assinaturas, as medidas devem se tornar projetos de lei de iniciativa popular, a exemplo do que ocorreu com a Lei da Ficha Limpa.

São necessárias 1,5 milhão de assinaturas para um projeto de iniciativa popular, mas a campanha já conta com o apoio de pouco mais de dois milhões de pessoas.

A maior parte dos anteprojetos de lei foi elaborada pelo MPF. Segundo Dellagnol, a iniciativa nasceu da percepção da força-tarefa da Lava Jato de que apenas a operação não traria as mudanças desejadas pela sociedade.

"Essas medidas surgiram quando a Lava Jato percebeu que expectativa que sociedade colocava sobre nós de transformação não seria alcançada com o nosso trabalho. O que a Lava Jato pode alcançar é a recuperação do dinheiro desviado num caso concreto e a punição dos responsáveis", disse Dellagnol.

"Mas a sociedade espera que os escândalos de corrupção parem de se suceder, semana após semana", afirmou o procurador.

No evento desta terça-feira, Dellagnol entregou simbolicamente as assinaturas ao voluntário da campanha de coleta, que representou a sociedade civil.

Movimentos sociais que apoiam as propostas do MPF vão entregar na tarde de hoje os anteprojetos de lei no Congresso.

"As medidas atuam em três focos. O primeiro é a prevenção, o segundo é trazer uma punição adequada e fazer com que ela saia do papel, e em terceiro lugar precisamos de instrumentos para recuperar o dinheiro desviado", afirmou o procurador.

Dellagnol disse ainda esperar que a mobilização da sociedade sobre o tema pressione os parlamentares a aprovarem as medidas. Hoje, ao menos 38 deputados e senadores respondem a inquéritos e ações penais relacionadas às investigações da Lava Jato, que apura um esquema de corrupção envolvendo obras governamentais e grandes empreiteiras.

"Nós não temos dúvida de que eles [parlamentares] se movimentam em favor de apoio popular, de seus votos. Nós vemos o amplo apoio da sociedade e acreditamos que isso os sensibilizará, como já os sensibilizou anteriormente na Ficha Limpa", afirmou Dellagnol.

<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/29/procurador-da-lava-jato-diz-que-o-mal-nao-e-privilegio-de-um-so-partido.htm>

Petrobrás já demitiu 170 mil funcionários desde o início da Lava Jato

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1755010-pos-lava-jato-petrobras-ja-demitiu-170-mil-funcionarios.shtml>

Lula compara Lava Jato a 'Big Brother'

Em um encontro com jornalistas estrangeiros, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou nesta segunda-feira a Operação Lava Jato por sua "pirotecnia" e ressaltou os efeitos negativos

da operação sobre a economia. O ex-presidente chegou a comparar a operação ao programa Big Brother.

"Do ponto de vista do imaginário da sociedade brasileira é importante que estejamos apurando corrupção. Agora, é necessário fazer disso um espetáculo? Fazer disso um Big Brother? Ou isso pode ser feito de forma silenciosa. Alguém já parou para fazer as contas dos efeitos dessa pirotecnia na economia brasileira? Quanto do PIB já caiu por causa disso?", questionou o ex-presidente no encontro, do qual participaram mais de 20 veículos estrangeiros – entre eles a BBC.

Lula criticou o que ele considera o uso de prisões preventivas para se "pressionar" os acusados a fazerem delações premiadas, os vazamentos seletivos e o que vê como "cumplicidade entre determinados agentes da Polícia Federal, do Ministério Público e da imprensa brasileira".

Também disse que, apesar de "inteligente e competente", o juiz Sérgio Moro, responsável pela Lava Jato, poderia estar sentindo os efeitos de uma picada da "mosca azul" – expressão que se refere a pessoas deslumbradas com o poder.

"Quando uma instituição é muito forte, seus membros têm de ser mais responsáveis. Não é todo mundo que suporta o sucesso da câmera de televisão. Vocês são jornalistas e sabem o que é 15 minutos de sucesso. Quanta gente boa e promissora, de um simples lutador de boxe, a um jogador de futebol ou político, se perdeu no caminho por conta da pirotecnia, dos cinco minutos ou cinco segundos de sucesso. Nesse aspecto eu acho que o poder judiciário tem de ser exemplar. Não é a manchete de um jornal que tem de absolver ou condenar alguém, mas sim os autos do processo (...) O que estamos vendo é o exagero das pessoas serem execradas publicamente antes de terem cometido um crime", afirmou o ex-presidente.

Questionado sobre o papel das empreiteiras brasileiras no esquema descoberto pela Lava Jato, Lula disse que, "as que fizeram coisa errada, pagarão", mas que tem muito "orgulho" das empresas de engenharia brasileira e quer que elas "continuem crescendo", não quebrem ou sejam substituídas por estrangeiras.

O encontro com jornalistas estrangeiros foi marcado após uma série de veículos internacionais publicarem editoriais apoiando uma saída de Dilma Rousseff da presidência.

Repercussão

Há cerca de uma semana o jornal britânico The Observer, edição dominical do The Guardian, de linha editorial de centro-esquerda, por exemplo, defendeu que a melhor opção para o Brasil seria a renúncia de Dilma ou novas eleições.

A revista conservadora Economist também defendeu a renúncia da presidente e o jornal americano The New York Times escreveu recentemente que as justificativas de Dilma para nomear Lula para o ministério da Casa Civil seriam "ridículas".

Na semana passada, a própria presidente também organizou um encontro com jornalistas estrangeiros.

Nesta segunda-feira, Lula anunciou que seus assessores devem divulgar todo final de semana um "resumo das coisas que estão certas e erradas (no Brasil)" do seu ponto de vista.

"Muitas vezes, por falta de conversarmos, nem sempre as informações veiculadas lá fora condizem com a realidade que vivemos aqui dentro", disse Lula.

'Golpe'

Falando sobre o processo de impeachment, o ex-presidente defendeu que um afastamento de Dilma seria um "golpe", uma vez que não foi provado que ela cometeu "crime de responsabilidade". Lula comparou a atual situação brasileira a de Honduras em 2009 e do Paraguai em 2012.

"Impeachment sem base legal, sem crime de responsabilidade, é golpe. Essa é a palavra correta", defendeu.

"Não podemos aceitar que em um país com o tamanho do Brasil e da importância do Brasil se faça o que foi feito com o (ex-presidente paraguaio Fernando) Lugo."

Segundo Lula, a estratégia do governo para evitar um impeachment incluiria tentar atrair senadores e deputados do PMDB para sua causa, ainda que o partido oficialize seu rompimento com a gestão Dilma nesta terça-feira.

O ex-presidente afirmou, inclusive, que estaria indo para Brasília para conversar sobre o tema com alguns políticos – entre eles, o vice-presidente Michel Temer.

"Acho que vai acontecer o que aconteceu em 2003. O governo vai construir uma base com parlamentares do PMDB no Senado e na Câmara e vamos ter uma espécie de coalisão sem a concordância da direção (do partido)."

Investimento

Para ajudar a recuperar a popularidade do governo, Lula também defendeu a necessidade de iniciativas para a retomada do crédito e do investimento e disse que se ofereceu a Dilma para coordenar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, conhecido como Conselhão.

"É preciso dizer a esse povo que a gente vai parar de falar em corte e vai falar em investimento", afirmou.

"Se a gente garantir crédito para o povo trabalhador e investimento para infraestrutura, pode fazer com que o país volte a dar um salto de qualidade no crescimento econômico. Este país é grande e tem capacidade de endividamento, tem US\$ 372 bilhões (R\$ 1,36 trilhão) de reservas."

Ao falar das manifestações contra o governo, o ex-presidente adotou um tom relativamente conciliador após garantir que hoje teria voltado a ser o "lulinha paz e amor".

"Se a gente gosta de pessoas que vão na rua bater palma para a gente tem de suportar com o mesmo humor as pessoas que vão falar contra. Essas pessoas amanhã podem ser favoráveis outra vez. (...) Não é correto transformar essas divergências em ódio. Em uma coisa insuportável (...) Como se nós estivéssemos vivendo um Apartheid", disse o ex-presidente.

"Eu não quero dividir o Brasil entre periferia e centro da cidade. Entre aqueles que tem os olhos verdes da elite branca e os pobres. Brancos ou negros ou pardos. Quero que todos sejamos brasileiros e possamos frequentar o mesmo bar, o mesmo restaurante, a mesma praça, jardim, escola."

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160325_lula_entrevista_ru_rb

Moro encaminha investigações da 23ª e 26ª fases da Lava Jato ao STF. Entre os documentos estão planilhas apreendidas com Benedicto Barbosa. Despacho com a decisão foi assinado pelo juiz federal nesta segunda (28).

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos da Lava Jato na primeira instância, decidiu enviar ao Supremo Tribunal Federal (STF) as investigações da 23ª e 26ª fases da Operação Lava Jato, batizadas de Acarajé e Xepa. O despacho com a decisão foi assinado por Moro na manhã desta segunda-feira (28).

A 23ª fase da operação deu origem à 26ª. As investigações de documentos apreendidos chegaram a ser divulgadas pela imprensa, mas depois foram colocadas em sigilo pelo juiz.

Entre os documentos estão planilhas apreendidas na residência de Benedicto Barbosa da Silva Júnior, presidente da Construtora Norberto Odebrecht, e alvo da 23ª fase.

Segundo Moro, os documentos identificam pagamentos a autoridades com foro privilegiado, mas ainda é prematura qualquer conclusão sobre a natureza ilícita, ou não, dos pagamentos que fazem parte da planilha.

"De todo modo, considerando a apreensão e identificação de tal planilha com Benedicto Barbosa da Silva Júnior, que retratam pagamentos do Grupo Odebrecht a autoridades com foro privilegiado, talvez lícitos, é o caso de remeter este processo", argumentou o juiz.

Ao G1, a Odebrecht informou que "Benedicto Junior prestou todos os esclarecimentos em sua oitiva".

Moro disse ainda que "o ideal seria antes aprofundar as apurações para remeter os processos apenas diante de indícios mais concretos de que esses pagamentos seriam também ilícitos. A cautela recomenda, porém, que a questão seja submetida desde logo ao Egrégio Supremo Tribunal Federal".

Ao enviar as investigações, o juiz Sérgio Moro também pediu urgência para a análise dos documentos e disse que o material apreendido deverá permanecer na sede Polícia Federal (PF), em Curitiba, à disposição do STF, Ministério Público Federal (MPF), defesas e autoridades policiais.

Em nota, o advogado Fábio Toffic, que representa Mônica Moura e João Santana, disse acreditar que a investigação deva ficar mesmo com o STF. "Essa investigação deveria ter sido enviada ao STF há mais tempo. Pelo menos desde quando se cogitou a relação dos fatos com as eleições presidenciais de 2014", disse o jurista.

Avanço nas investigações

Ainda sobre a 23ª fase, o juiz relatou que "a investigação está mais avançada em relação ao seu objeto inicial, ou seja, aos pagamentos efetuados por Zwi Skornicki e pelo Grupo Odebrecht a João Cerqueira de Santana Filho e a Mônica Regina Cunha de Moura, bem como aos pagamentos de Zwi Skornicki a Pedro José Barusco Filho e Eduardo Costa Vaz Musa".

Ele também argumentou que houve avanços nas investigações contra Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho, Luiz Eduardo da Rocha Soares, Fernando Migliaccio da Silva, Olivio Rodrigues Júnior, e Marcelo Rodrigues.

No despacho, Moro explicou que, apesar dos investigados da 23ª não possuírem foro privilegiado, as planilhas que envolvem os que tem foro foram apreendidas na referente etapa. E que, por isso, foram encaminhadas juntamente com as da 26ª ao STF.

O juiz ressaltou ainda que quanto às investigações sobre os pagamentos efetuados por Zwi e pelo Grupo Odebrecht a João Santana e a Mônica Moura, bem como aos pagamentos de Zwi Skornicki a Pedro José Barusco Filho e Eduardo Costa Vaz Musa, caberá ao STF separar as apurações ou até mesmo devolvê-las para a 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba.

Denúncia do MPF

Na decisão desta segunda, Moro também informou ao STF que houve uma recente apresentação de denúncia do MPF contra Zwi Skornicki, João Santana, Mônica Moura e outros em uma ação penal da 23ª fase.

Entenda a operação Acarajé

A 26ª fase foi deflagrada como decorrência das investigações da 23ª etapa, denominada "Acarajé". Segundo as investigações, essa palavra era um dos codinomes utilizados por funcionários da Odebrecht para o pagamento de propina em espécie. Além de funcionários da empreiteira, também foram presos o marqueteiro do PT João Santana e a mulher dele, Monica Moura.

O casal é suspeito de receber dinheiro desviado da Petrobras em uma conta não declarada no exterior, e também no Brasil. Santana é publicitário e foi marqueteiro das campanhas da presidente Dilma Rousseff e da campanha da reeleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2006.

As investigações apontaram que Santana e Moura receberam em conta não declarada no exterior US\$ 3 milhões de offshores ligadas à Odebrecht. Já no Brasil, os investigadores encontraram uma planilha com Maria Lúcia Tavares, ex-funcionária da empreiteira, que faz referências a pagamentos de R\$ 22,5 milhões a alguém de codinome "Feira".

Segundo a ex-funcionária, que também foi presa nesta fase e virou delatora da operação, "Feira" era o codinome utilizado para Monica Moura, em um jogo de palavras com o sobrenome do marqueteiro e a cidade de Feira de Santana. João Santana e Monica Moura seguem presos preventivamente em Curitiba.

Foi nesta fase, também, que a PF prendeu o executivo da Odebrecht Benedicto Barbosa Júnior e apreendeu, na residência dele, uma planilha com referências a pagamentos para políticos de diversos partidos. Esta é a planilha a que Moro faz referência ao justificar o envio ao STF.

Entenda a Operação Xepa

A delação de Maria Lúcia Tavares embasou a deflagração da fase "Xepa", que descobriu o "Setor de Operações Estruturadas" da Odebrecht. De acordo com a polícia, se tratava de um departamento exclusivo dentro da empreiteira para o gerenciamento e pagamento de valores ilícitos.

O MPF afirma que os pagamentos feitos pela Odebrecht estão atrelados a diversas obras e serviços federais e também a governos estaduais e municipais. Dentre elas está a construção da Arena Corinthians, segundo o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima.

A estimativa é de, ao menos, R\$ 66 milhões em propina distribuída entre 25 a 30 pessoas. Este valor, segundo a Polícia Federal (PF), estava disponível em apenas uma das contas identificada como pertencente à contabilidade paralela da empresa.

Além do estádio, a operação também investiga irregularidades no Canal do Sertão, na Supervias, no Aeroporto de Goiânia e na Trensurb, do Rio Grande do Sul.

“Se chegou a observar R\$ 9 milhões de um dia para outro em dinheiro em espécie”, disse a procuradora do Ministério Público Federal (MPF) Laura Gonçalves Tesser. Os pagamentos ilegais ocorreram já com mais de um ano da Lava Jato em curso.

<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/moro-encaminha-investigacoes-da-26-fase-da-lava-jato-ao-stf.html>

PF apreende planilhas da Odebrecht com valores destinados a políticos. Tabelas mostram doações a mais de 200 políticos de 24 partidos. Não é possível afirmar se são doações legais ou caixa dois de campanha.

A Polícia Federal encontrou planilhas que mostram doações feitas pela Odebrecht a mais de 200 políticos de 24 partidos.

Os documentos foram apreendidos na residência do presidente da Odebrecht Infraestrutura, Benedicto Barbosa da Silva Junior, que foi preso temporariamente na 23ª fase da Operação Lava Jato e liberado posteriormente pela Justiça.

Políticos cujos nomes aparecem nas planilhas negam ter cometido irregularidades.

UF	PARTIDO	ODB			IT	HS	TOTAL
		Realizado	A Realizar	Total			
RIO DE JANEIRO	PMDB		1.825	1.825	4.525	-	6.350
	PSDB		100	100	-	-	100
	PV		650	650	500	-	1.150
	PR		1.000	1.000	500	-	1.500
	PT		450	450	300		750
	DEM		750	750			750
	PSC		500	500			500
	PP		300	300			300
	PSD	-	150	150	-	-	150
TOTAL			5.725	5.725	5.825	-	11.550

Nesta quarta-feira (23), depois de as planilhas terem sido divulgadas na imprensa, o juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos da Lava Jato em primeira instância, determinou o sigilo sobre os documentos.

De acordo com as tabelas, os repasses foram feitos pela empreiteira para as campanhas municipais de 2012 e para as eleições de 2010 e de 2014. As planilhas foram apreendidas pela PF durante a 23ª fase da Operação Lava Jato, que teve como alvo principal o marqueteiro João Santana, que trabalhou em diversas campanhas do PT.

Não é possível, porém, afirmar que se tratam de doações legais de campanha ou feitas por meio de caixa 2, já que os documentos não detalham se os valores, de fato, foram repassados e se foram pagos em forma de doação oficial.

Nas tabelas que relacionam o nome de políticos, os valores repassados ultrapassariam os R\$ 55 milhões.

PROPOSTA DE PAGAMENTO DE BONUS EM 06/09/2012

PARTIDO (DIRETORIOS Nacionais)	RS	SC	PR	SP	MG	FE	Projeto 2014	TOTAL
PT ²⁴⁰⁰ ₅₀₀	200.000	100.000	200.000	200.000	700.000	100.000	-	1.500.000
PMDB ₁₀₀	-	-	-	-	-	-	-	-
PSDB ₄₀₀	200.000	-	100.000	400.000	-	-	-	700.000
PDT ₅₀₀	100.000	-	-	-	-	100.000	-	200.000
PSB ₅₀₀	-	-	-	300.000	-	-	800.000	800.000
DEM ₄₀₀	-	-	-	-	700.000	500.000	-	1.200.000
Pscdb	-	-	-	150.000	-	-	-	150.000
TOTAL	500.000	100.000	300.000	1.050.000	1.400.000	700.000	1.300.000	5.350.000

Handwritten notes on the table:
 - Above PT: 2400, 500
 - Above PMDB: 100
 - Above PSDB: 400
 - Above PDT: 500
 - Above PSB: 500
 - Above Pscdb: 400
 - To the right of the table: 200, 2600
 - Far right: Pscdb B, 110 mil 00, 1200 mil, 1200 mil, 700 mil, 2250 C/
 - Below the table: DEN 500, PDT 800, 1050000, 640000

Existe demanda para Diretorios Estudais

(1) no Parana - R\$ 250.000,00 para PDT, PSC, PSB
 (2) na Bahia - S 200.000,00 para PDT e PTB (100.000)
 100.000 + 200.000

Em depoimento à Polícia Federal no último dia 24 de fevereiro, o presidente da Odebrecht Infraestrutura explicou que as doações da empreiteira nunca eram destinadas a políticos, mas sempre para os partidos "de modo a evitar pressões e constrangimentos de candidatos". No depoimento, Benedicto Barbosa nega ter repassado vantagens ilícitas a políticos.

Na lista, estão políticos de diversos partidos, tanto da base aliada ao governo federal quanto de oposição. Entre os políticos citados estão o presidente nacional do PSDB, senador Aécio Neves (MG), o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos (PSB), morto durante a campanha presidencial de 2014, e os ministros Aloizio Mercadante (Educação) e Jaques Wagner (Chefia de Gabinete da Presidência).

Também são citados como destinatários de doações da empreiteira o senador José Serra (PSDB-SP), o ministro da Defesa, Aldo Rebelo, os governadores tucanos Beto Richa (Paraná) e Geraldo Alckmin (São Paulo) e o ex-governador do Distrito Federal Agnelo Queiroz (PT).

Apelidos

Ao lado de alguns nomes, a Odebrecht utiliza apelidos para se referir a políticos. É o caso do ex-presidente da República José Sarney (PMDB), apelidado de "Escritor". Outros peemedebistas, como os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (RJ), e do Senado, Renan Calheiros (AL), também têm apelidos. Cunha é tratado como "Caranguejo" e, Renan, como "Atleta".

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PMDB), é apelidado de "Nervosinho", de acordo com a tabela de repasses da Odebrecht. O deputado federal Raul Jungmann (PPS-PE) é tratado como "Bruto".

Outras figuras conhecidas e que recebem apelidos são os senadores Lindbergh Farias (PT-RJ), o "Lindinho"; o líder do governo no Senado, Humberto Costa (PT-PE), o "Drácula"; e a deputada estadual Manuela d'Ávila (PCdoB-RS), apelidada de "Avião".

UF	MUN.	CARG.	NOME	CODINOME	LOCAL	FUNÇÃO	PARTIDO	SPONSOR						VALOR TOTAL		
								BRK	ETH	ODT	OR	FOZ	OTP		INFRA	
RS	Porto Alegre	PREF.	Pablo Mendes Ribeiro		POA	SAR	PMDB	x						x	50,00	
			Mauro Zaquia		POA	SAR	PMDB	x						x	40,00	
	Gravataí	PREF.	Marco Alba		GRA	CAP	PMDB						x	50,00		
	Rio Grande	PREF.	Fabio Branco	COLORIDO	RGR	CAP	PMDB						x	25,00		
SC	São Paulo	PREF.	Gabriel Chalita		SÃO	CAP	PMDB	x						x	800,00	
	Santos	PREF.	Sergio Aquino		SAN	CAP	PMDB			x			x	x	400,00	
	Santo André	PREF.	Nilson Bonome		SAD	CAP	PMDB	x		x					500,00	
	Mauá	PREF.	Vanessa Damo		MAU	CAP	PMDB	x			x				400,00	
	Paulineá	PREF.	Edson Moura		PAU	CAP	PMDB	x					x	x	1.100,00	
		PREF.	Mário Kertesz	ROBERVAL	SSA	CAP	PMDB	x							x	100,00
BA	Salvador	CARG.	Dep Fed Artur Maia	Tuca	SSA	SAR	PMDB			x				x	100,00	
			Pedro Godinho		SSA	SAR	PMDB			x				x	100,00	
		PREF.	Dinha		SFI	CAP	PMDB	x								20,00
			Jarbas Vasconcelos Filho	Viagra	REC	SAR	PMDB					x	x	x		100,00
AL	Historicos	BSB	Renan	Atleta	MAC	COR	PMDB						x	50,00		
RN	Historicos	BSB	Henrique Alves		NAT	COR	PMDB	x						x	1.000,00	
MA	Historicos	BSB	José Sarney	Escritor	SLZ	COR	PMDB							x	100,00	
RJ	Rio de Janeiro	PREF.	Eduardo Paes	NERVOSINHO	RJO	CAP	PMDB							x	100,00	
			Jorge Felipe		RJO	SAR	PMDB							x	300,00	
		Antonio Guarana		RJO	SAR	PMDB								x	500,00	
	Historicos	Part	Sergio Cabral	PROXIMUS	ERJ	COR	PMDB								x	500,00
			Eduardo Cunha	CARANGUEIRO	ERJ	COR	PMDB	x				x			x	500,00
			Jorge Picciani	GREGO	ERJ	COR	PMDB								x	500,00
												14.735,00				

ROMEO JGA — CAIQUE 110

'Setor de Operações Estruturadas'

Segundo o juiz Sérgio Moro, as tabelas apreendidas pela PF que citam políticos não têm, em princípio, relação com o que a força-tarefa da Lava Jato chama de "estrutura profissional" de pagamento de propina em dinheiro no Brasil.

A empresa, ainda conforme a investigação, tinha funcionários dedicados a uma espécie de contabilidade paralela que visava pagamentos ilícitos. A área era chamada de "Setor de Operações Estruturadas".

O Ministério Público Federal (MPF) afirma que os pagamentos feitos pela Odebrecht estão atrelados a diversas obras e serviços federais e também a governos estaduais e municipais.

Dentre elas está a construção da Arena Corinthians, segundo o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima.

A estimativa é de, ao menos, R\$ 66 milhões em propina distribuída entre 25 a 30 pessoas. Esse valor, segundo a Polícia Federal (PF), estava disponível em apenas uma das contas identificada como pertencente à contabilidade paralela da empresa.

Além do estádio, a operação também investiga irregularidades no Canal do Sertão, na Supervias, no Aeroporto de Goiânia e na Trensurb, do Rio Grande do Sul.

De acordo com a força-tarefa, o setor da Odebrecht responsável pelas vantagens indevidas tinha um sistema informatizado próprio utilizado para armazenar os dados referentes ao processamento de pagamentos ilícitos e para permitir a comunicação reservada entre os executivos e funcionários envolvidos nas tarefas ilícitas.

Outro sistema, no qual os envolvidos usavam codinomes, permitia a comunicação secreta entre executivos, funcionários da Odebrecht e os doleiros responsáveis por movimentar os recursos irregulares.

UF	MUN.	CARG.	NOME	CODINOME	LOCAL	FUNÇÃO	PARTIDO								VALOR TOTAL				
								BRK	ETH	ODT	OR	FOZ	QTP	INFRA					
RS	Porto Alegre	PREF.	Manuela D'Ávila	AVIÃO	1	POA	CAP	PCdoB	x						x	300,00			
			José Fortunati			POA	CAP	PDT	x						x	300,00			
PE	Curitiba	PREF.	(Sergio Zambiasi)			POA	COR	PTB							x	100,00			
			Luciano Ducci			CWB	CAP	PDT							x	500,00			
SC	Lajes	PREF.	Ratinho Junior			CWB	CAP	PSC							x	250,00			
			Antonio Ceron			LAJ	CAP	PSD								x	100,00		
SP	São Paulo	PREF.	Ceiso Russomano			SÃO	CAP	PRB	x		x				x	500,00			
			Paulinho da Força			SÃO	CAP	PDT	x		x				x	500,00			
			(indicação PC do B)			SÃO	SAR	PCdoB							x	150,00			
			(indicação do PV)			SÃO	SAR	PV	x							x	200,00		
			Aidan Ravin			SAD	CAP	PTB										1,00	
BA	Salvador	CAM.	Jovino Cândido			GUA	CAP	PV								300,00			
			Pedro Serafin			CAM	CAP	PDT				x				x	300,00		
BA	Salvador	CAM.	Dep Est Marcelo Nilo	Rio		SSA	SAR	PDT				x			x	150,00			
			Edvaldo Brito	Candomblé		SSA	SAR	PTB				x				x	150,00		
			Dep Federal Daniel Almeida	Comuna		SSA	SAR	PCdoB				x					x	80,00	
			Geraldo Junior			SSA	SAR	PTN				x					x	80,00	
			Paulo Magalhães	Goleiro		SSA	SAR	PSC				x						x	50,00
			Tonha Magalhães			CAN	CAP	PR	x										100,00
			Maurício Bacelar			CMÇ	CAP		x										50,00
MG	Belo Horizonte	PREF.	Eduardo Alencar			SFI	CAP	PSD	x								50,00		
			Pablito			BHZ	SAR	PTC								x	500,00		
			Sec. Alexandre Silveira			VAA	COR	PSD				x	x	x				50,00	
ES	Vitoria	PREF.	Coronel Teachini			VAA	SAR	PSD								x	100,00		
			Luciano Resende			VIX	CAP	PPS									x	100,00	
ES	Recife	PREF.	Raul Jungmann	Bruto		REC	SAR	PPS				x	x			x	1.000,00		
			Rosinha Garotinho			CGZ	CAP	PR									x	1.000,00	
			Dr Aluizio			MCE	CAP	PV					x				x	1.000,00	
			Sábino			ROS	CAP	PSC					x				x	500,00	
			Sergio Sveiter			NIT	CAP	PSD										x	150,00
												8.111,00							

CCP/MSA

14